

1. Introdução

A dissertação ora apresentada tem como objetivo analisar as perspectivas e os desafios apontados por profissionais do Serviço Social na atuação com crianças e adolescentes em situação de rua; bem como realizar uma reflexão sobre as políticas e ações vigentes na atualidade pelo poder público no município do Rio de Janeiro.

Sabemos por meio da literatura nacional e internacional que o problema das crianças em situação de rua é um fenômeno complexo, de difícil solução em todos os países. E embora se mostre diferente hoje, de acordo com Irene Rizzini e Udi Mandel Butler há registros desde o séc. XIX de crianças que chamavam a atenção por se encontrarem *‘física e moralmente abandonadas em vias públicas’* (Rizzini e Butler, 2003, p. 26).

Pode-se localizar nas décadas de 80 e 90, uma grande ênfase na questão da população infantil e juvenil nas ruas. No início dos anos 90, uma publicação intitulada “O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80 causou grande impacto (Fausto e Cervini, 1991)”. De acordo com este livro, a produção acadêmica focalizava, particularmente, duas áreas de interesse: os meninos institucionalizados e os meninos de rua. Essas pesquisas eram basicamente descritivas.

Eventos importantes que marcaram estas décadas contribuíram para que o problema de crianças e adolescentes nas ruas ganhasse visibilidade. São exemplos, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde estes aparecem como sujeitos de direitos e são retratados como cidadãos. É de grande relevância a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente em 1990. Ele foi fruto da mobilização de atores sociais do sistema jurídico, educacional e assistencial, dos setores privados, da Igreja Católica e de diferentes campos profissionais em torno de seus objetivos. Segundo Vicente Faleiros (2000), o Estatuto se caracteriza pela substituição da doutrina da situação irregular do Código de 1979 e da lei de criação da FUNABEM pela proteção integral. O Estatuto é consoante à Convenção das Nações Unidas sobre os

Direitos da Criança, adotada em 1989.

A partir da década de 90, nota-se um avanço nas pesquisas sobre o tema. Elas passaram a ir além de uma descrição geral, buscando uma caracterização mais cuidadosa para esta população. Introduce-se uma distinção entre aquele que “mora” na rua e aquele que “trabalha” na rua (este possuindo “residência fixa”). Estabelece-se uma distinção entre “criança de rua” e “criança na rua”, enfocando o estudo inclusive de sua situação familiar. Aos poucos as famílias destas crianças passam a ser entendidas como reflexo de uma sociedade desigual (Fausto e Cervini, 1991). Ou seja, a discussão passa da esfera micro para a macro-econômica. Esta questão está associada aos impactos do neoliberalismo na sociedade brasileira.

Gostaria de destacar que, ao longo dos últimos anos, percebe-se que há o surgimento de um novo perfil de “menino de rua”, ainda pouco compreendido. Uma das principais características que conformam esse novo perfil, já apontado por Rizzini et al (2003), é a ligação dessas crianças e adolescentes com o tráfico de drogas. Apesar da atenção dada ao tema no Rio de Janeiro, sobretudo pela mídia, há ainda muito a ser pesquisado e analisado. A relevância desta dissertação está em buscar compreender esse fenômeno na atualidade e realizar uma discussão sobre a sua interface com as políticas e ações existentes em curso.

Como Assistente Social de uma instituição que recebe crianças e adolescentes vindas das ruas, percebo, em meu cotidiano do trabalho, que muitas dessas crianças e adolescentes estão nas ruas, devido à violência relacionada ao tráfico de entorpecentes, que tem se intensificado nos últimos anos. Outro fator recorrente que temos observado é a fragilização dos laços familiares. A escola, por sua vez, não tem sido capaz de manter a criança e adolescente em seu meio. Assim, encontramos crianças e/ ou adolescentes que foram, por vezes, expulsos da escola e cuja situação de pobreza e falta de alternativas os levaram a procurar no espaço da rua formas para garantir a sua sobrevivência.

Nesta dissertação, focalizaremos os profissionais de Serviço Social que trabalham em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mais conhecido como Central de Recepção. Estes profissionais são responsáveis por atender crianças e adolescentes em situação de rua no município do Rio de

Janeiro. Esta instituição é vinculada à rede da Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS) da Prefeitura do Rio de Janeiro. Este equipamento funciona 24 horas por dia e é destinado à recepção, estudo de casos e encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de rua.

Como veremos, a referida instituição tem por objetivo centralizar as informações sobre as crianças e adolescentes atendidos pelo Sistema de Proteção Municipal, no sentido de contextualizar a situação de rua vivida pelas crianças e adolescentes. De acordo com a Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), essa centralização é necessária para que não haja sobreposições de ações e para que os encaminhamentos sejam eficazes na alteração da situação de rua vivenciada por esse segmento da população, na perspectiva de sua inclusão social.

A importância da Central de Recepção na rede de assistência baseia-se no fato dela servir de elo entre as portas de entrada e saída da Prefeitura de modo a organizar e otimizar esse atendimento na rede de proteção. E por isso pode ser considerada uma importante fonte de pesquisa. O público alvo deste serviço envolve todas as crianças e adolescentes que estão em situação de rua e possuem alguma referência familiar no município do Rio de Janeiro¹.

As atividades desenvolvidas neste espaço são estruturadas da seguinte maneira: a recepção do usuário, verificação com o condutor do caso sobre a maneira como foi realizado o atendimento que gerou a decisão de encaminhá-lo a uma Central de Recepção (se a solicitação partiu do usuário, estava em situação de risco social e assim por diante).

A criança ou adolescente chega até a Central de Recepção e é recebida por um técnico e um educador social, que preenche uma ficha de identificação com o usuário. Em seguida, este é orientado a cuidar de sua higiene pessoal e lhe é servido uma refeição ou um lanche dependendo do horário da entrada na Central de Recepção. Após este procedimento, a equipe técnica (assistentes sociais e psicóloga) realiza a sua entrevista inicial ou de evolução de caso e discute-se qual é o melhor encaminhamento e ações a serem seguidas para o caso social. A partir deste procedimento, é realizado um breve estudo de caso e há o encaminhamento

¹ As crianças e adolescentes advindos de outros municípios do Rio de Janeiro são encaminhados para a FIA (Fundação da Infância e Adolescência) para recambiamento ao município de origem.

para avaliação, através dos Conselhos Tutelares ou Justiça. Em seguida, é feito o seu encaminhamento para outras instituições, tais como abrigos e/ou casas de passagem, ou são mobilizados outros órgãos de proteção à criança e/ou adolescente, de acordo com a necessidade de cada caso.

O trabalho desta Central de Recepção é oferecer apoio sócio-psicológico² e encaminhamento deste segmento da população, que é abordado e recolhido nas ruas. Este recolhimento é feito através de parcerias realizadas com diferentes instituições, tais como: Promotoria, Polícia, Justiça (1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso e 2ª Vara da Infância e Juventude), COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), CAS³ (Coordenadorias de Assistência Social), CREAS⁴ (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e outros projetos ligados à prefeitura voltados à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Atualmente existem mais duas Centrais de Recepção de Crianças e Adolescentes em situação de rua, uma localizada na Zona Sul (Laranjeiras) e a outra na Zona Oeste (Bangu). No entanto, estas não funcionam 24 horas por dia como a Central de Recepção em foco nesta dissertação. Há ainda três equipes de abordagens⁵ atuando com crianças e adolescentes nas áreas da Zona Sul, Tijuca e Barra da Tijuca, que são ligadas as CAS (Centro de Assistência Social) e aos CREAS (Centro de Referência Especial de Assistência Social).

O encaminhamento desse segmento que ocupa os espaços públicos da cidade para outros locais é realizado através de abordagens chamadas de “operações”⁶. Estas “operações” têm como objetivo garantir a segurança da população, uma vez que essa é, com frequência, vista como perigosa. Visa, ainda, a assistência às crianças e adolescentes em situação de rua. Isto é observável, pois as ações de abordagem se intensificam durante alguns períodos festivos e de

² Esse apoio se dá através do atendimento realizado pela psicóloga em casos selecionados.

³ A Prefeitura conta atualmente com 10 unidades espalhadas pelo o município do Rio de Janeiro.

⁴ A Prefeitura conta atualmente com 7 unidades espalhadas pelo o município do Rio de Janeiro.

⁵ Antigas Trupes da Criança, que eram equipes de abordagens que originalmente trabalhavam apenas com crianças.

⁶ Os acolhimentos efetuados pelo poder público acontecem de modo a retirar das ruas de imediato a população em situação de rua. Essa ação, bastante polêmica é chamada entre os defensores dos direitos das crianças e adolescentes de “recolhimento” em alusão ao ato de recolher.

grande aglomeração pública e circulação de turistas, como por exemplo: no *reveillon*, no carnaval, em grandes shows na orla das praias do Rio de Janeiro, e principalmente, em Copacabana.

Um ponto que gostaria de destacar é que os resultados em relação ao trabalho com essas crianças e adolescentes são pouco conhecidos, em parte porque são realizados através de diversas instituições. No entanto, percebe-se, pelo aumento da população que chega pelas operações e reincidência de abordagens⁷, que os impactos dos programas assistenciais para esse segmento são muito reduzidos. Como discutiremos adiante, constata-se uma falta de articulação entre as instituições responsáveis pela assistência a esse grupo.

Neste sentido, a Central de Recepção realiza interface obrigatória com os Conselhos Tutelares (CTs), o Ministério Público, as 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude, Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA), entre outros órgãos. A idéia é de racionalizar os recursos, buscando a sinergia das atuações e a melhoria da qualidade dos serviços ofertados nesta área, na cidade do Rio de Janeiro, para superar a superposição e a pulverização das ações e, conseqüentemente, a falta de impacto das mesmas.

No gráfico abaixo, vemos que a Central de Recepção atende um grande número de crianças e adolescentes que necessitam de proteção. No entanto, observamos que há um alto grau de evasões e de reincidências de encaminhamentos, o que leva a uma rotatividade significativa da população atendida. Podemos concluir que muitas dessas crianças e adolescentes chegam até essa Instituição, mas por diferentes motivos acabam evadindo e retornando às suas casas ou às ruas.

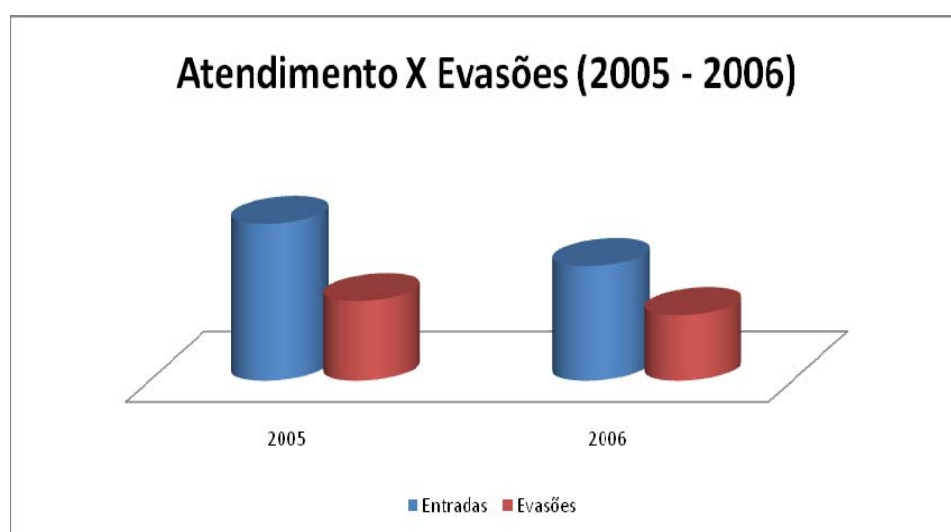
⁷ Já aconteceu caso em que uma mesma criança é recolhida três vezes no mesmo dia.

Tabela 1 – Atendimentos X Evasões na Central de Recepção nos anos de 2005 e 2006.

Ano	2005	2006
Entradas (nº)	6353	4645
Evasões (nº)	3221	2656

O gráfico abaixo reflete melhor o que acabamos de afirmar:

Gráfico 1: Atendimentos X Evasões na Central de Recepção



Refletindo sobre o grande número de atendimentos realizados neste equipamento, observamos a importância de aprofundar a discussão sobre como estas crianças chegam à Central de Recepção e sobre quem compõe este grupo. Sabe-se que grande parte da população atendida não pode ser considerada “*meninos de rua*”, uma vez que mantém seus laços familiares. De acordo com a pesquisa desenvolvida por Lusk e Alves (1993), as crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas podiam ser divididos em quatro categorias: A) *Trabalhadores de rua com base familiar* B) *Trabalhadores de rua independentes*,

quando a ligação com a família começa a enfraquecer C) Crianças de rua D) Crianças de famílias de rua, essas podem ser definidas como um grupo de indivíduos que se relacionam entre si e que vivem e/ou trabalham nas ruas todo o tempo”. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

Utilizaremos, nesta dissertação, a conceituação de meninos e meninas em situação de rua conforme explicitada por Rizzini e Butler (2003):

“(…) estamos falando de crianças e adolescentes que vemos pelas ruas das cidades, fora do alcance de sua família e longe de seus cuidados. Em geral, sobrevivem nas ruas podendo passar algumas horas do dia fazendo algo que lhes renda algum dinheiro ou morando nas ruas e instituições que lhes dão abrigo temporário” (p.17).

Trabalharemos também com os conceitos de vulnerabilidade e risco social, tal qual são expressos no Sistema Único de Assistência Social:

“(…) condições de vulnerabilidade, próprias do ciclo de vida, que ocorrem predominantemente em crianças de zero a cinco anos e em idosos acima de sessenta anos. Ou situações circunstanciais e conjunturais como abuso e exploração comercial sexual infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil, moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial das drogas, crianças e adolescentes vítimas do abandono e desagregação familiar, crianças, idosos e mulheres vítimas de maus-tratos” (SUAS, p.10, 2004).

O breve estudo exploratório desenvolvido como base para esta dissertação tem um caráter peculiar: fui pesquisadora do meu próprio espaço de trabalho. Enquanto assistente social de uma Central de Recepção de Crianças e Adolescentes em situação de rua e/ou risco social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, foi necessário um cuidado redobrado, pois é difícil ocupar o lugar de pesquisadora quando se tem que atuar na assistência direta às crianças.

No decorrer dos meus quatro anos de experiência profissional como assistente social desta Central de Recepção, me defrontei com várias situações que me levou a perguntas importantes e complexas. Listo algumas destas perguntas que me ajudaram a nortear esta dissertação: Por que este segmento da população se encontra na rua? De que forma a Política Social de Assistência os inclui? Como

as políticas e os serviços destinados a este grupo poderiam melhor atender-los? E considero desafiante refletir sobre a minha prática sem ter que me afastar dela.

Esta experiência proporcionou momentos diversos. Destaco, em primeiro lugar, a facilidade de acesso no campo. E, também, a disponibilidade para estar presente em momentos cruciais do desenvolvimento do estudo. Na realidade, esta entrada no campo já estava dada, o que foi positivo, no sentido de já existir uma familiaridade com o lugar e com os profissionais. Segundo, foi a possibilidade de negociação quanto às entrevistas e ao acesso a documentos que serviriam para subsidiar as análises a serem realizadas. Terceiro, foi a boa aceitação do grupo de assistentes sociais em relação à dissertação. Além de se tratar de um tema que aqueles profissionais tinham interesse em discutir, a minha presença não os ameaçava; ao contrário, havia uma relação de confiança que os deixava à vontade.

Gostaria de acrescentar que, ainda que o Serviço Social seja uma profissão de caráter interventivo, não se pode mais pensar em um profissional meramente técnico-operativo, incapaz de se inserir criticamente em relação aos fenômenos com os quais se depara. Pensamos que um profissional voltado para a intervenção é aquele consciente de que não se pode atuar desconhecendo os processos sociais sobre os quais intervém. Assim, concordamos com Iamamoto (2000) quando afirma que, buscar uma perspectiva crítico-investigativa, é buscar uma articulação entre teoria e prática, em que a primeira é necessária para o entendimento do real, enquanto que a segunda é fundamental para alimentar o conhecimento dessa realidade.

1.1. A estrutura da dissertação

Esta dissertação tem como base uma reflexão sobre minha experiência profissional e um breve um estudo qualitativo desenvolvido na instituição onde atuo como assistente social. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: revisão da literatura existente, análise de documentos produzidos pela a Instituição em questão e entrevistas semi-estruturadas com a direção da Central de Recepção e cinco assistentes sociais.

No capítulo um, realizamos uma revisão e um diálogo com a literatura, cujo foco é a construção social da criança e adolescente em situação de rua.

No capítulo dois, discutimos as políticas públicas existentes no âmbito municipal voltadas para este grupo populacional. Verificamos possíveis interfaces com outras políticas públicas, em especial, com o Sistema Único de Assistência (SUAS).

No capítulo três, descrevemos o processo de recepção das crianças e adolescentes e de encaminhamentos, através da rotina institucional que caracteriza a Central de Recepção. Segue-se uma discussão dos dados coletados, a partir das observações e das entrevistas realizadas. O olhar está voltado para os desafios dos assistentes sociais que trabalham em uma Central de Recepção. Os resultados foram divididos em quatro temas: (a) O mundo das drogas: a grande incógnita?; (b) Questão da abordagem; (c) Falta de retaguarda; (d) Precariedade de Infra-estrutura.

Nas considerações finais discuto alguns elementos importantes a partir do entendimento das experiências dos assistentes sociais entrevistados, apontando algumas possibilidades de enfrentamento desta realidade.

Com esta dissertação lançar um olhar sobre os desafios e perspectivas do assistente social que trabalha com a população infantil e juvenil em situação de rua e contribuir para a construção de Novas Políticas Públicas.

A minha proposta não consistiu em aprofundarmos as temáticas em torno da Política Social, especificadamente da Política de Assistência Social. Estes tópicos

são o pano de fundo deste trabalho, ou seja, nos serviram para contextualizar o objeto da pesquisa. Decidimos entrar por outra porta e olhar para aqueles que sob a arte de cuidar, lutam a cada dia por uma assistência mais justa e humana. Tenho a clareza de que fizemos uma abordagem inicial, portanto, sabemos que adentramos em um campo vasto, cujo aprofundamento e a compreensão detalhada são os desafios para um momento posterior. Desta forma, apenas lançamos um primeiro olhar sobre essa temática complexa e inesgotável.